

## **ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: CAMINHOS NO ENSINO MÉDIO**

*Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ)*  
[cristinagiorgi@terra.com.br](mailto:cristinagiorgi@terra.com.br)

### **INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

Na sociedade contemporânea, verifica-se, cada vez mais, um crescente interesse pela relação entre ciência e tecnologia nas atividades produtivas e nas relações sociais. Como resultado, apresentam-se incessantemente novas exigências para a formação do cidadão, que pressupõem um ensino de graduação não mais pautado em estrutura curricular rígida e baseado em enfoque de conteúdos artificiais.

Segundo Alvarez (2000), a discussão sobre a produção acadêmica ocorre em um cenário internacional de transformações significativas no universo da pesquisa, que vem repercutindo no Brasil: a transposição da aplicação do conceito de produtividade válido para a produção de bens (de mercadorias destinadas ao mercado consumidor) para a produção do trabalho científica acadêmico.

Com base no exposto, em nossa apresentação, propomos uma reflexão acerca de como se insere o professor de Ensino Médio na relação entre ensino, pesquisa e extensão, por acreditarmos que tal relação possibilite a realização não só da produção acadêmica como também das suas atividades de transmissão de conhecimentos, além de nos permitir compreender melhor como se instauram as relações entre professor/pesquisador.

Em nosso quadro teórico buscamos atender a especificidades de propostas que consideram a produtividade de investigações voltadas para análises que relacionam linguagem e trabalho. Do ponto de vista teórico a linguagem é aqui compreendida como resultado de uma atividade humana, de um agir discursivo no mundo que nos situa, numa posição que confere especial destaque a contribuições interdisciplinares referentes ao mundo do trabalho (Schwartz, Lacoste, Nouroudine), à perspectiva dialógica da linguagem (Bakhtin), e à Análise do discurso de base enunciativa (Maingueneau). Finalmente, para melhor entender como se estabelecem as relações de saber-

poder dentro do contexto de nossa pesquisa. recorremos a Foucault (1987, 1996).

Com o início do ensino superior datado do século XX (Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920), o regime universitário é regulamentado em 1931 pela reforma do Ensino Superior. Essa afirma oficialmente que o ensino superior no país deve ser feito através da universidade, atribui como funções da mesma o ensino e a pesquisa e introduz a idéia de extensão na forma de “cursos” para a parcela da população que não tinha acesso ao ensino superior (Alvarez, 2000).

Na década de 60, passa-se a questionar as funções da universidade, com base na democratização das estruturas internas de poder: para quem e para que deve servir a universidade. Cria-se a expectativa de que o que é produzido no ensino universitário deve ser revertido para a população, visando a atender suas necessidades. É o surgimento da formulação da *indissociabilidade* entre ensino, pesquisa e extensão que reflete uma concepção de universidade que enfoca o processo social e tem como meta a transformação das estruturas da sociedade.

Ainda que a citada *indissociabilidade* tenha sido – e ainda seja – questionada, a Constituição de 1988 determina que as universidades devem seguir o *princípio da indissociabilidade*: “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao *princípio da indissociabilidade* entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino.” (CF, art. 207)

A criação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, em vigor, reitera o princípio, contemplando as atividades de ensino, (“formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento preparando-os para inserção em setores profissionais e participação no desenvolvimento da sociedade brasileira”); de pesquisa (“incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e à criação e difusão da cultura”); e de extensão (“promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação (...) prestar serviços especializados à comunidade e esta-

belecer com esta uma relação de reciprocidade (...) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”).

Dirigindo essa discussão para o foco deste trabalho, como professora de ensinos Médio e Técnico de instituição federal, acredito ser relevante identificar de que forma se estabelece a relação entre ensino, pesquisa e extensão, por acreditar que tal relação possibilite a realização não só da produção acadêmica como também de atividades de transmissão de conhecimentos.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Em nosso quadro teórico privilegiamos propostas que consideram a produtividade de investigações voltadas para análises que relacionam linguagem e trabalho. A linguagem é aqui compreendida como resultado de uma atividade humana, de um agir discursivo no mundo que nos situa, numa posição que confere especial destaque a contribuições interdisciplinares referentes ao mundo do trabalho (Schwartz, Lacoste, Nouroudine), à perspectiva dialógica da linguagem (Bakhtin), e à Análise do discurso de base enunciativa (Maingueneau).

Privilegiamos as orientações de Bakhtin (1979, 1929), para quem a linguagem está diretamente relacionada à ação sobre o outro e se tem no enunciado uma constante resposta aos enunciados do outro e aos seus próprios enunciados. O sujeito, para expressar-se, considera a reação de seu co-enunciador ao que se lhe está sendo dito e isso influencia sua fala.

Aliamos às reflexões de Bakhtin, conceitos advindos da Análise de discurso de base enunciativa, por entendermos que é a enunciação que permite a encenação discursiva daqueles acontecimentos únicos construídos em tempo e espaços discursivos (Maingueneau, 2001). Longe da idéia de que discurso e realidade são exteriores um ao outro, esta perspectiva entende que o discurso não traduz passivamente uma dada conjuntura, mas é forma de ação produzida por um sujeito em espaço e tempo determinados.

Como tentativa de melhor compreender a questão “do que é ensinar” e de articular estudos vinculados à linguagem e ao trabalho, recorreremos a conceitos advindos das Ciências do Trabalho, uma vez que pesquisas relacionando estes dois eixos vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos, no Brasil e na França, caracterizando um campo pluridisciplinar de análise. Tal espaço teórico reflete a aceitação da teoria da enunciação, bem como a *indissociabilidade* entre formas lingüísticas e seu funcionamento nas interações socialmente situadas.

Finalmente, para melhor entender como se estabelecem as relações de saber-poder dentro da instituição, recorreremos a Foucault (1987, 1996). O autor considera o homem enquanto resultado de uma produção de sentido, de uma prática discursiva e de intervenções de poder e o discute enquanto sujeito e objeto do conhecimento, através de três procedimentos em domínios diferentes: a arqueologia, a genealogia e a ética. Estes procedimentos constituem momentos do método por meio do qual são abordados os saberes que falam sobre o homem e as práticas discursivas.

### ALGUMAS REFLEXÕES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), anteriormente mencionada, define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. A primeira foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

O texto aprovado em 1996, 9394/96, é resultado de embate entre duas propostas: a primeira (conhecida como Projeto Jorge Hage) foi o resultado de uma série de debates abertos com a sociedade, organizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, apresentado na Câmara dos Deputados; a segunda, elaborada por Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa em articulação com o poder executivo através do MEC. Assim, estão apresentados os indicativos quanto à definição do papel das universidades no que se refere a Ensino, Pesquisa e Extensão, norteados pela *indissociabilidade* entre eles.

Segundo o FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (2001), essa definição vai ao encontro dos anseios da sociedade civil:

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os estudantes universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes - UNE, empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido. O fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política ocorrido na década de 80, em especial nos seus últimos anos, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes.

Nos interessa no escopo desse artigo, justamente a formulação da *indissociabilidade* entre ensino, pesquisa e extensão que reflete, como já dito, concepção de ensino de graduação que enfoca o processo social e tem como meta a transformação das estruturas da sociedade.

Nesse sentido, cabem algumas explicações. A extensão seria a parte do triângulo a quem caberia articular ensino e pesquisa de forma indissociável, viabilizando o papel da universidade como transformadora da sociedade, pois propiciaria a implementação da teoria acadêmica na prática.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Da relação ensino-extensão surge a passagem do espaço da sala de aula da universidade como “espaço de produção teórico-abstrata, numa dimensão tradicional, para todo espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico social” e professores e alunos passam a ser sujeitos do aprender e do produzir conhecimentos, a partir do contato com realidade. Além democratizar o saber acadêmico, é por meio das atividades da extensão que se pode testar e reelaborar esse saber. ([www.renex.org.br](http://www.renex.org.br))

Com base no exposto até aqui, propomos como discussão a abrangência do *princípio de indissociabilidade*. Em nossa opinião, ainda que esse princípio refira-se expressamente ao âmbito do Ensi-

no Superior, ao visarmos à formação de um aluno crítico e reflexivo no âmbito do Ensino Médio é necessário que o docente seja capaz de fazer das aulas espaços produtivos onde se expandam os conhecimentos e aumentem cada vez mais as possibilidades discentes. Ou seja, em lugar de sujeito passivo, deve-se possibilitar ao aluno assumir um papel mais ativo, de maneira a permitir que este se aproprie das informações que lhe são oferecidas e estabeleça correlações com base em sua própria cultura e relacionando-a com culturas alheias. Para isso, é fundamental a ação do professor, a quem compete provocar essas reflexões.

Nesse sentido, consideramos que o papel social do professor transcende ao espaço da sala de aula. Significa dizer que este profissional deve ser mais que um simples executor de tarefas prescritas; deve integrar pesquisas sobre a ação educativa, refletindo, inclusive uma mudança nos rumos de nossa educação, que nos remete a uma escola que tem como função propiciar meios que garantam ao aluno o exercício de sua cidadania. Portanto, torna-se indispensável que o professor tenha preocupações não apenas com a transmissão de conteúdos, mas também com sua própria visão sobre a relação ensino-aprendizagem e de como esta influencia a formação de seus alunos.

Acreditamos, pois, não haver mais espaço para o isolamento de um profissional dentro de sua sala de aula e tampouco em uma visão de professor que desvincule teoria e prática, pesquisa e prática.

Parece-nos possível afirmar que o *princípio da indissociabilidade* das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico do professor do Ensino Médio, pois é a relação entre o ensino, pesquisa e extensão que conduz a mudanças no processo pedagógico, dado que propicia a docentes e discentes sua constituição em sujeitos do ato de aprender, ao mesmo tempo em que possibilita a democratização do saber acadêmico. É dessa forma que a produção do conhecimento torna-se capaz de contribuir para a transformação da sociedade, que demanda a formação de um estudante que articule a competência científica e técnica com a inserção política e a postura ética.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Evidentemente, sabemos que não é possível esse tipo de processo na maioria das nossas instituições de ensino. Contudo, no caso daquelas cuja atuação educacional inclui a oferta regular de cursos de ensino médio e de educação profissional técnica de nível médio, cursos de graduação, cursos de mestrado, além de atividades de pesquisa e de extensão, estas incluindo cursos de pós-graduação *lato sensu* acreditamos que essa indissociabilidade é essencial.

Vale ressaltar que esta relação também pode propiciar a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, possibilitando trocas entre diferentes áreas do conhecimento, que serve como estrutura de um trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo a tendência comum, nas universidades, de compartimentalização do conhecimento.

Sendo assim, acreditamos que é um primeiro passo discutir a relevância da *indissociabilidade* ensino, pesquisa e extensão, constitutiva do Ensino Superior, para a ação do professor do Ensino Médio, buscando trazer esse debate para esse âmbito. Dessa forma estaremos contribuir para uma maior visibilidade de uma realidade que lida com atividades complexas relacionadas à formação, à produção do saber e à ação de resposta social da produção desses saberes.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Denise *Produção acadêmica no Instituto de Física da UFRJ: questões ligadas à temporalidade, organização do trabalho e avaliação*. Rio de Janeiro, 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AMORIN, Marília. *O pesquisador e seu outro. Bakhtin nas Ciências Sociais*. São Paulo: Musa, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

———. (org.). *Estudos enunciativos no Brasil. Histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes-Fapesp, 2001.

FAÏTA, Daniel; DONATO, Joseph. Langage, travail: entre compréhension et connaissance. **In:** SCHWARTZ, Y. (org.) *Reconnaissances du travail. Pour une approche ergologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, p. 149-170.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Brasília, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

———. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARTZ, Yves. C'est compliqué: activité symbolique et activité industrielle. **In:** *Langages*, Paris: Larousse, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.